



Aprovo.

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Artigo 1.º

Identificação do procedimento

1. O presente procedimento de ajuste direto tem por objeto a aquisição de serviços de assessoria de imprensa e consultoria de comunicação.
2. O objeto do contrato a celebrar é caracterizado pelo CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos): 79416000-3 (Serviços de relações públicas).

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, pessoa coletiva n.º 502618418, com morada no Campo Grande, 1749-016 Lisboa.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Subdiretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Jorge Manuel Rodrigues de Sancho Relvas, no uso de competência delegada pelo Diretor, ao abrigo dos n.ºs 2.4 e 2.6 do Despacho n.º 10872/2024, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 179, em 16 de setembro de 2024.

Artigo 4.º

Fundamento da escolha do procedimento

A escolha do procedimento de ajuste direto tem fundamento na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 5.º

Esclarecimentos

A prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento é da competência do júri dos serviços da entidade adjudicante.

Artigo 6.º

Documentos da proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP;
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
2. Os documentos da proposta devem ser assinados, de forma individual, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica, juntamente com os documentos da proposta, documento que ateste o poder de representação e assinatura, nomeadamente, a certidão permanente da empresa ou uma procuração devidamente reconhecida por entidade competente.
4. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo no que respeita a documentação de carácter eminentemente técnico, nomeadamente catálogos, certificados, referências, manuais técnicos e similares, que poderão ser apresentados em língua inglesa ou espanhola.

Artigo 7.º

Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, inclusive os documentos referidos no n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, podem ser usadas palavras ou expressões em língua inglesa, que não consubstanciem uma redação integral, contínua ou corrida em língua inglesa, e que pela sua natureza e contexto não comprometam a inteligibilidade da proposta.
3. Excetua-se do disposto no n.º 1 do presente artigo, as fichas técnicas dos bens a fornecer que podem, em função da especificidade técnica das prestações objeto do contrato a celebrar, ser apresentadas em língua inglesa.

Artigo 8.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 9.º

Modo e prazo para a apresentação da proposta

A proposta deve ser apresentada até às 23h59m do **7.º dia** após a data do presente convite, na plataforma eletrónica de compras pública acinGov (<https://www.acingov.pt/>), na qual decorrerá todo o procedimento pré-contratual.

Artigo 10.º

Prazo da obrigação de manutenção da proposta

O prazo da obrigação de manutenção da proposta é de 66 (sessenta e seis) dias.

Artigo 11.º

Leilão eletrónico e negociação das propostas

No presente procedimento não há lugar a leilão eletrónico nem a negociação das propostas.

Artigo 12.º

Documentos de habilitação

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 10 do artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar via plataforma eletrónica, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, todos os documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP e, ainda,

caso se trate de uma sociedade comercial, o comprovativo de registo de beneficiário efetivo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21/08.

2. O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, é de 5 (cinco) dias.

Artigo 13.º

Caução

Não é exigida a prestação de caução, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º.

Artigo 14.º

Tratamento de dados pessoais

1. Os dados pessoais a que os concorrentes tenham acesso durante o presente procedimento serão tratados em estrita observância com as regras e normas do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD (LERGPD), e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, devendo, após a adjudicação do contrato, se eliminados todos os dados pessoais a que tenham tido acesso no âmbito do procedimento ou por causa dele, exceto aqueles que possam ser necessários ao cumprimento de obrigação legais.
2. A disposição constante do número anterior aplica-se a todos os concorrentes que se inscrevem como interessados na proposta e possam ter acesso a informação no âmbito do procedimento.
3. Os concorrentes comprometem-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado no RGPD e LERGPD.

Artigo 15.º

Notificações e comunicações

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e o(s) interessado(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica.

Artigo 16.º

Legislação aplicável

A tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente convite e demais peças do procedimento aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.